

## OS JOVENS DO ENSINO MÉDIO E O CURRÍCULO OFERTADO NAS ESCOLAS PÚBLICAS

### *THE YOUNG PEOPLE OF MIDDLE SCHOOL AND THE CURRICULUM OFFERED IN PUBLIC SCHOOLS*

Fabiana Ribeiro da Silva Ramos<sup>1</sup>

**Resumo:** O objetivo deste artigo é propiciar reflexões sobre o currículo proposto para o ensino médio das escolas públicas e os estudos realizados sobre a identidade e as expectativas dos estudantes deste nível de ensino. A motivação desta pesquisa encontra-se no fato de que estudos na área da educação têm apontado para o desinteresse dos jovens do ensino médio pela escola, mais especificamente pelo currículo e a relação com os estudantes, seus saberes e experiências. Outro ponto a destacar está na obrigatoriedade, após emenda constitucional 59/09, que amplia a obrigatoriedade da educação as crianças e adolescente dos 04 aos 17 anos. Desse modo, o artigo apresenta estudos sobre o currículo e as relações estabelecidas entre indisciplina e desinteresse dos jovens pelo estudo, a identidade e as expectativas dos estudantes desse nível de ensino e os caminhos possíveis para aproximação destes jovens ao Ensino Médio, por meio de um currículo que socialize o conhecimento historicamente acumulado e valorize a identidade e pluralidade cultural com vistas a transformar a sua realidade social. A metodologia adotada é a pesquisa de estudo bibliográfica de forma qualitativa. O trabalho realizado aponta para a necessidade de repensar a escola e o currículo do ensino médio frente às necessidades e expectativas do jovem na sociedade e na escola. Possibilitando uma educação transformadora e significativa para os jovens do ensino médio.

**Palavras-chave:** Currículo. Ensino Médio. Jovens.

**Abstract:** The purpose of this article is to provide reflections on the curriculum proposed for high school by public schools and studies on in relation to identity and expectations of students at this level of education. The motivation of this research lies in the fact that studies in the area of education have pointed to the disinterest of the high school youth by the school, more specifically by the curriculum and the relationship with students, their knowledge and experiences. Another point to highlight is the compulsory education that was extended to children and adolescents from four to seventeen years, through constitutional amendment 59/09. In this way, the article presents studies about the curriculum and the established relations between indiscipline and disinterest among the young people, the identity and the expectations of the students and the possible ways to bring them closer to high school through a curriculum that socializes historically accumulated knowledge and values cultural identity and plurality in order to transform their social reality. The methodology adopted is the research of bibliographical study of qualitative form. Thus, the work carried out points to the need to rethink the school and the high school curriculum in face of the needs and expectations of the young person in society and at school, enabling a transformative and meaningful education for young high school students.

---

<sup>1</sup>Mestranda do PPGCTS pelo Instituto Federal do Paraná, fribeiroramos82@gmail.com

**Keywords:** Curriculum. High School. Young people.

## 1 INTRODUÇÃO

Refletir sobre a relação dos jovens com os saberes científicos aprendidos na escola e oficializados através do currículo é uma questão que desperta interesse e investigação.

Muitos jovens do ensino médio apresentam certo desinteresse pela escola, mais especificamente pelos conteúdos ofertados, pois a escola tem encontrado dificuldades em operacionalizar o seu currículo de uma forma mais significativa para seus estudantes e de relacionar os saberes e experiências dos jovens estudantes do ensino médio.

Tendo em vista que hoje o ensino médio, após emenda Constitucional 59/09 que versa sobre a obrigatoriedade e gratuidade da educação básica para a faixa etária dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade promove uma ampliação do acesso de adolescentes e jovens ao Ensino Médio sendo esta a última etapa da Educação Básica, assim, este artigo se propõe a pesquisar a legislação pertinente e demais autores quanto à composição do currículo do ensino médio nas escolas públicas e as relações entre indisciplina, desinteresse e currículo; como também pesquisar quem são estes sujeitos que frequentam o ensino médio público, suas identidades e expectativas, além de indicar alguns caminhos possíveis para aproximação dos jovens que integram este nível de ensino.

Para Lima (2007) um currículo que se pretende democrático deve visar à humanização de todos e ser desenhado a partir do que não está acessível às pessoas. Parte-se do pressuposto de que o conhecimento é um bem comum, devendo, portanto, ser socializado entre todos os seres humanos, logo, o currículo é por excelência um instrumento desta socialização. Esta afirmação implica dizer que todos têm o direito ao acesso a bens culturais e ao conhecimento.

A escola oficializada, através do seu currículo, deve ser repensada para responder aos desafios colocados pelos alunos que nela ingressam. De acordo com as ideias preconizadas na LDB 9394/96, a educação no Ensino Médio deve possibilitar aos adolescentes, jovens e adultos: acesso ao conhecimento que permita a compreensão das diferentes formas de explicar o mundo, seus fenômenos naturais, sua organização social e seus processos produtivos. Neste sentido, este artigo propõe levantar as causas que motivam muitos de nossos adolescentes e jovens demonstrarem certo desinteresse pelos conteúdos ofertados na escola. Então, como esse currículo é composto, qual a sua função social, por que estes sujeitos se apresentam tão desinteressados em relação a esta etapa do ensino, suas identidades, o que eles esperam, quais os caminhos possíveis a serem trilhados na busca por um currículo que aproxime e dê mais sentido aos estudos destes jovens, são algumas das perguntas que este artigo procurará elucidar a luz da legislação vigente e da literatura especializada em currículo.

O desenvolvimento deste artigo está estruturado em quatro subseções: na primeira subseção: o currículo do Ensino Médio e sua função social; foi pesquisado o histórico de formação do Ensino Médio no Brasil, destacando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e as legislações pertinentes ao Ensino Médio, o que ainda sofre as consequências de uma formação dualista: a propedêutica e a profissionalizante. Através das Resoluções CNE/CEB n.<sup>os</sup> 04/2010 e 02/2012 as quais definem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e para o Ensino Médio respectivamente, elas apontam para a necessidade de currículos mais flexíveis e com diferentes alternativas para os jovens, ou seja, um currículo que contemple as diversas demandas da sociedade atual, mas, sem deixar de lado o conhecimento historicamente acumulado. Um currículo que proporcione uma formação integral dos nossos jovens, dando-lhes liberdade nas suas futuras escolhas profissionais.

Outro ponto a destacar refere-se à LDB 9394/96 que trata das diretrizes e bases da educação, onde o Ensino Médio passou a ser configurado com uma

identidade própria e teve assegurada a possibilidade de se articular até de forma integrada com a profissionalização.

Recentemente atualizada a Resolução CNE/CEB n.º 02/2012 pela Resolução CNE/CEB n.º 03/2018, esta última traz consigo mudanças significativas no arranjo curricular para o Ensino Médio.

Outro documento legal pesquisado, as Diretrizes Curriculares Estaduais do Paraná (2008), resultado de um trabalho coletivo desenvolvido pelos docentes da rede estadual desde o ano de 2003, tendo como propósito ofertar um currículo que se assenta no conhecimento científico e historicamente acumulado.

Desta forma, pensar nos estudantes que compõem os bancos escolares do Ensino Médio implica compreendê-los como sujeitos em processo de desenvolvimento. Estes jovens precisam ser respeitados em suas condições naturais e sociais, pois, esta concepção de sujeito singular em desenvolvimento, compreende um processo de construção das suas estruturas: cognitiva, social, física e emocional, que são fortemente influenciadas pelo meio que o circunda.

Já na segunda subseção, são apontadas reflexões em relação ao fato de muitos jovens do Ensino Médio atualmente manifestarem indisciplina na escola e na sala de aula, aliada ao desinteresse e a desmotivação aos estudos, o que leva a refletir sobre como esse currículo está organizado e como é possível transformar esta realidade começando a investigar os currículos a partir da visão dos educandos. Neste item, o autor Vasconcelos, define o desinteresse e a indisciplina escolar como uma crise de sentidos:

Este fato pode ser conotado como uma “crise de sentidos” há uma crise geral de projetos, de sentidos para as coisas, em nível tanto mundial quanto nacional, tanto institucional, quanto pessoal, tanto ideológico quanto sociopolítico-cultural. (VASCONCELOS, 1997, p.231).

Retomando esta discussão através do currículo, outro autor citado é Arroyo (2007), o qual aponta para a necessidade de se começar a investigar os currículos a partir da visão dos educandos. Um currículo que se pretende emancipador deve tomar como base a condição social do indivíduo. Nessa perspectiva, Arroyo (2008) aponta que os sujeitos da ação educativa não podem ser vistos apenas como empregáveis, e os educadores como treinadores para formar mão-de-obra habilitada para o capital. Superar essa visão será pré-condição para repensar os currículos. No entanto, a visão mercadológica que se tem dos educandos, ou seja, como sujeitos a serem preparados tão somente para atender os interesses da lógica capitalista do mercado de trabalho, é ainda muito corrente em nossa sociedade atual.

Na terceira subseção, o texto versa sobre os sujeitos do Ensino Médio. Neste item, o autor Dayrell contribuiu significativamente com vistas a identificar e compreender a identidade destes jovens estudantes do ensino médio, bem como, suas expectativas e avaliação a respeito da formação escolar a fim contribuir no repensar dos currículos ofertados e no próprio sentido que a escola tem para eles.

Segundo Dayrell (2009) é comum no cotidiano das nossas escolas, a estereotipia do jovem, onde geralmente sua imagem está relacionada à questão da indisciplina, do desinteresse, da rebeldia. Sendo que ao contrário, a escola deveria ser a primeira em procurar conhecer este jovem, sua identidade, seus valores, seus anseios.

Portanto, pretende-se chamar a reflexão o fato de reforçarmos as relações desiguais e injustas que constatamos na escola, quando, por exemplo: não reconhecemos a identidade do jovem estudante e a sua condição juvenil no currículo elaborado, na própria ação pedagógica de ministrar os conteúdos e avaliar o seu progresso escolar. Finalizo este item levantando a importância e a urgência de se colocar em discussão o currículo proposto e o currículo necessário, ou seja, um currículo que esteja em consonância com os reais anseios, expectativas e o contexto sociocultural destes estudantes que

chegam diariamente as escolas públicas e não têm sido reconhecidos como sujeitos com identidade própria.

Na quarta e última subseção, são propostos caminhos para aproximação do jovem ao Ensino Médio, por meio de um currículo que considere a diversidade cultural existente nesta etapa do ensino. Nesta direção Moreira; Candau (2003) discutem como tornar a cultura um eixo central do processo curricular, além de conferir uma orientação multicultural às suas práticas. Ainda segundo estes autores, não há como conceber um currículo neutro, dada a diversidade cultural presente em todos os espaços da sociedade. Nesse sentido, a escola como espaço educativo, deve ser a primeira a promover a igualdade e reconhecer as diferenças, não há como tratar como iguais aqueles que são diferentes entre si.

A pluralidade cultural é emergente e indispensável na construção do currículo ofertado na escola pública. Reconhecer este fato é um dos primeiros passos para a aproximação do jovem ao Ensino Médio.

A metodologia adotada é a pesquisa de estudo bibliográfica de forma qualitativa possibilitando a reflexão da práxis pedagógica.

## 2 DESENVOLVIMENTO

### 2.1.1 O currículo do Ensino Médio e sua função social

O histórico de formação do Ensino Médio no Brasil está alicerçado basicamente em dois tipos: a propedêutica e a profissionalizante.

Em sua versão propedêutica preparatória para o vestibular, o Ensino Médio tem se caracterizado por uma ênfase conteudista, pautada, sobretudo na estrita divisão disciplinar do aprendizado. Neste modelo de ensino, ganha lugar a simples memorização, e o alto nível de informações que o estudante precisa decorar para “passar no vestibular”. O outro tipo de formação bastante

difundido é a profissionalizante, que teve seu início em 1942 com a denominada Reforma Capanema, um conjunto de leis orgânicas, onde se firmou o objetivo do ensino secundário de formar elites condutoras do país, a par do ensino profissional, voltado aos interesses da economia industrial e da sociedade vigente na época. (BRASIL, 2011)

Devido ao contexto socioeconômico dessa época, o ensino profissional tinha por objetivo formar mão de obra qualificada para as indústrias, ou seja, formar pessoas com escolaridade básica para desempenharem bem suas funções e assegurar o funcionamento do sistema capitalista. Reforçando, portanto, a dualidade do ensino médio no Brasil: uma escola para a elite que tinha a possibilidade de cursar o ensino superior e outra voltada para o ensino profissionalizante a fim de atender aos interesses do mercado capitalista e avançar no desenvolvimento econômico do país.

Com a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9394/96, o Ensino Médio vem recebendo sucessivas alterações e acréscimos. Uma de suas finalidades principais é a preparação para a continuidade dos estudos, a preparação básica para o trabalho e o exercício da cidadania. Ou seja, torna-se consenso que esta última etapa da educação básica, deve proporcionar ao estudante uma ampla e sólida formação para sua vida, uma formação humana integral e não apenas a preparação estanque para o acesso ao ensino superior ou para o ingresso no mercado de trabalho.

A Resolução CNE/CEB n.º 4/2010, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, mais especificamente quanto ao Ensino Médio, indica que se deve ter uma base unitária sobre a qual podem se assentar possibilidades diversas e orientam que:

(...) os sistemas educativos devem prever currículos flexíveis, com diferentes alternativas, para que os jovens tenham a oportunidade de escolher o percurso formativo que atenda seus interesses, necessidades e aspirações, para que se assegure a permanência dos jovens na escola, com proveito, até a conclusão da Educação Básica. (BRASIL, 2010)



Neste sentido, as escolas de ensino médio precisam se adequar aos interesses e demandas da nova juventude com vistas a ofertar um currículo que contemple as diversas demandas da sociedade atual, sem deixar de lado, o conhecimento historicamente acumulado. Um currículo que proporcione uma formação integral aos nossos jovens, dando-lhes liberdade nas suas futuras escolhas profissionais.

De acordo com o Parecer CNE/CEB n.º 05/2011 que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio é necessária a elaboração de novas diretrizes curriculares para o Ensino Médio, a qual se faz necessária, em virtude das novas exigências educacionais decorrentes da aceleração da produção de conhecimentos, da ampliação do acesso às informações, da criação de novos meios de comunicação, das alterações do mundo do trabalho, e das mudanças de interesse dos adolescentes e jovens sujeitos dessa etapa educacional.

Com a promulgação da LDB n.º 9394/96 que trata das diretrizes e bases da educação, o Ensino Médio passou a ser configurado com uma identidade própria e teve assegurada a possibilidade de se articular, até de forma integrada com a profissionalização, conforme prevê o artigo 36-A, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas.

A discussão em torno da atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio deve considerar outros temas importantes como: o financiamento e a qualidade da educação básica, a formação e o perfil dos docentes para o Ensino Médio e a sua relação com a Educação Profissional.

Em 2012, foi implantada a Resolução CNE/CEB n.º 02/12, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, segundo esta, o conceito de currículo é compreendido como proposta de ação educativa constituída pela seleção de conhecimentos construídos pela sociedade, expresso nas práticas escolares e permeados pelas relações sociais,



articulando vivências e saberes dos estudantes para o desenvolvimento de suas identidades e socioafetivas.

Tal definição implica dizer que o currículo a ser trabalhado no Ensino Médio deve prever esta articulação entre os conhecimentos históricos e científicos, levando em consideração que a educação é uma prática social, deste modo, perpassa as relações sociais e a bagagem sociocultural trazida pelos estudantes aí incluídos.

Outra questão explicitada nesta resolução diz respeito às quatro áreas do conhecimento definidas para o currículo do Ensino Médio, a saber: Linguagens, Matemática, Ciências Humanas e Ciências da Natureza, com as quais se pretende um tratamento metodológico que evidencie a contextualização e a interdisciplinaridade. Neste contexto, fica expressa a orientação dos princípios norteadores básicos a serem operacionalizados através do currículo do Ensino Médio nas escolas públicas, a nível federal e estadual.

Com a atualização da Resolução CNE/CEB n.º 02/2012 pela Resolução CNE/CEB n.º 03/2018, o arranjo curricular do Ensino Médio foi alterado significativamente e seus impactos serão mais bem avaliados após entrar em vigor a Reforma do Ensino Médio<sup>2</sup>.

A Resolução CNE/CEB n.º 03/2018 explicita no art.10 “os currículos do ensino médio são compostos por: formação geral básica e itinerário formativo, indissociavelmente”. No art.11: a formação geral básica é composta por competências e habilidades previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que contempla as seguintes áreas do conhecimento: linguagens e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias e ciências humanas e sociais aplicadas.

No Estado do Paraná a concepção curricular para a Educação Básica orienta para uma aprendizagem específica, colocando em perspectiva o seu

---

<sup>2</sup> Lei n.º 13.415 de 16 de fevereiro de 2017 que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e outras leis da área.

aspecto formal e instituído, o qual diz respeito aos conhecimentos historicamente sistematizados e selecionados para compor o currículo escolar. (DCE, 2008).

Partindo dessa concepção, o currículo trabalhado nas escolas públicas da rede estadual, em particular as do Ensino Médio, deve promover uma prática pedagógica fundamentada em diferentes metodologias, valorizando diferentes concepções de ensino e avaliação, num constante processo de reflexão sistematizada entre seus professores e estudantes.

No processo de construção destas diretrizes uma das primeiras questões a ser discutida foi refletir sobre: Quem são os sujeitos da escola pública? De onde eles vêm? Que referências sociais e culturais trazem consigo?

As indagações acima são, em parte, respondidas pelos escritos de Oliveira; Silva (2016) em pesquisa realizada pelo Observatório do Ensino Médio (UFPR)<sup>3</sup> disposto numa coletânea de artigos acerca dos sentidos e significados atribuídos à experiência escolar por jovens que buscam a educação técnica de nível médio.

Outra compreensão em relação ao que os jovens sentem e esperam do currículo ofertado nas escolas públicas, consiste em:

(...) os jovens demandam uma escola que faça sentido para a vida e que contribua para a compreensão da realidade. Eles reivindicam que o que se ensina na escola tenha vínculos com o seu cotidiano. Muitos jovens estudantes expressam suas dificuldades para estabelecer uma conexão entre os conteúdos curriculares e suas vidas. Se a escola é lugar de aprender, é importante compreender como os jovens aprendem e quais são os conhecimentos que demandam da escola. Os jovens enfatizam a importância de que seus interesses sejam considerados, o que é possível quando se estabelece um diálogo entre os conteúdos curriculares e a realidade. (BRASIL, 2013, p.52).

---

<sup>3</sup> O Observatório do Ensino Médio está localizado na Universidade Federal do Paraná (UFPR) e desenvolve atividades de pesquisas e extensão relacionadas ao acesso, permanência e conclusão, ao direito à educação, a formação de professores e as políticas educacionais para o ensino médio. Para saber mais acesse: [www.observatoriodoensinomedio.ufpr.br](http://www.observatoriodoensinomedio.ufpr.br)

Desta forma, pensar nos alunos que compõem os bancos escolares do Ensino Médio implica compreendê-los como sujeitos em processo de desenvolvimento que precisam ser respeitados em suas condições naturais e sociais, esta concepção, de sujeito singular, em desenvolvimento, num processo de construção das suas estruturas: cognitiva, social, física e emocional, que são fortemente influenciadas pelo meio que o circunda.

O que se observa claramente nas diretrizes curriculares estaduais, é que elas se propõem a ofertar um currículo que se assenta no conhecimento científico e historicamente acumulado, com vistas a construir a uma sociedade mais justa e com oportunidades iguais para todos, especialmente as classes menos favorecidas que na maioria das vezes, tem na escola, a sua única oportunidade de ter acesso ao mundo letrado, no campo dos conhecimentos científico, filosófico e artístico.

Os conteúdos das disciplinas escolares devem, por sua vez, ser tratados de modo contextualizado, estabelecendo relações interdisciplinares entre si, esquivando-se da excessiva rigidez e verdade absoluta com que foram tratados durante séculos e ainda hoje guardam seus resquícios. Nesse sentido, os conteúdos devem possibilitar novos caminhos para responder as questões sociais, políticas, econômicos e ambientais que ora a sociedade apresenta.

Segundo Arroyo (2014), o pensamento pedagógico tem-se voltado mais para repensar os conteúdos guardados nessas formas curriculares do que para repensar as formas em que são organizados e gradeados.

Sobre as disciplinas curriculares, estas Diretrizes destacam a importância dos conteúdos disciplinares e do professor como autor do seu plano de ensino. “Nessa práxis, os professores participam ativamente da constante construção curricular e se fundamentam para organizar o trabalho pedagógico a partir dos conteúdos estruturantes de sua disciplina” (DCE, 2008).

Desta forma, o professor tem a possibilidade de construir seu plano de ensino conforme a realidade apresentada em sala de aula, onde os saberes trazidos pelos alunos e os saberes científicos são relacionados e

contextualizados, numa estratégia que visa priorizar a bagagem sociocultural do aluno.

Também é importante pensar como a organização curricular afeta diretamente o trabalho escolar tanto dos educadores como dos educandos. Isso implica dizer a forma como a escola, através de seus educadores, prestigia determinados conhecimentos presentes no currículo.

### **2.1.2 A relação entre indisciplina, desinteresse e currículo**

Outra questão a ser destacada refere-se à relação da indisciplina e do desinteresse dos educandos com a organização curricular das escolas.

Face à velocidade das mudanças ocorridas na sociedade e que por sua vez afetam diretamente outros espaços, como a escola e as relações humanas ocorridas no seu interior. Investigar as causas que tem motivado estas mudanças para então compreender a questão da indisciplina, tem sido o caminho de alguns estudiosos da área.

O fato de muitos jovens do Ensino Médio, atualmente, manifestarem indisciplina na escola e na sala de aula, aliada ao desinteresse e a desmotivação aos estudos é fato que preocupa muitos educadores e principalmente os professores que enfrentam este desafio cotidianamente.

Este fato pode ser conotado como uma “crise de sentidos” há uma crise geral de projetos, de sentidos para as coisas, em nível tanto mundial quanto nacional, tanto institucional, quanto pessoal, tanto ideológico quanto sociopolítico-cultural. Na escola esta crise se manifesta de muitas formas, mas com certeza uma das mais difíceis de enfrentar é a absoluta falta de sentido para o estudo por parte dos alunos. A pergunta estudar “para quê”, nos parece nunca esteve tão forte na cabeça dos alunos como agora. A famosa resposta dada por séculos “estudar para ser alguém na vida”, chega a provocar risos nos alunos, ante a clara constatação de inúmeras pessoas formadas, porém desempregadas ou mal remuneradas. (VASCONCELOS, 1997, p.231-232).

Para estes jovens que frequentam o Ensino Médio, a falta de sentido e objetivo para estudar ganha força, quando constatam que o fato de possuírem um certificado de conclusão desta etapa, já não lhes proporciona uma garantia mínima de ascensão social. Embora a finalidade do Ensino Médio consista em formar para o mundo do trabalho e não para o mercado de trabalho, conforme a Resolução CNE/CEB n.º02/2012 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, no título III, capítulo I que trata do Projeto Político Pedagógico das escolas e em seu art.16, item VII, aponta a importância da integração com o mundo do trabalho, por meio de estágios no Ensino Médio conforme legislação específica.

De acordo com pesquisa realizada pelo Observatório do Ensino Médio (UFPR)<sup>4</sup>, com o objetivo de identificar o que os estudantes mais gostam e o que menos gostam na escola, chegou-se aos seguintes resultados: Mais gostam na escola, das respostas assinaladas mais da metade dos estudantes pesquisados escolheram a resposta “Convivência”, em segundo lugar “Preparação/Aprendizado/Conhecimento”, em terceiro lugar “Trabalho Docente”, por último as “Disciplinas que interessam”. Quanto às respostas mais assinaladas a respeito do que menos gostam na escola, foram estas: em primeiro lugar “Trabalho Docente”, em segundo lugar “Desinteresse de alunos”, em terceiro lugar “Disciplina/Professor”.

Neste ponto ganha força, a questão do desinteresse apontado pelos estudantes como segundo maior número de respostas assinaladas em relação ao que menos gostam na escola.

Conforme relatado na pesquisa, o descompromisso aliado ao desinteresse de alguns estudantes compromete seu aprendizado e dos demais, de acordo com Dayrell:

---

<sup>4</sup> No ano de 2011 foi realizado um *survey*, com 19 escolas de Curitiba e Região Metropolitana a fim de caracterizar o alunado que frequentava a escola naquele período. A pesquisa contemplou 4.143 jovens matriculados no Ensino Médio noturno da rede pública estadual em instituições localizadas em Curitiba e Região Metropolitana (RMC).

A razão para isso é que boa parte das escolas e seus profissionais ainda não reconhecem que os alunos que ali chegam trazem experiências sociais, demandas e necessidades próprias. Continuam lidando com os jovens com os mesmos parâmetros consagrados por uma cultura escolar construída em outro contexto. (DAYRELL, 2010, p.8-9).

Nesse sentido, é importante que o professor faça a seguinte reflexão: é possível transformar esta realidade? Como?

Torna-se cada vez mais imperativo ao educador começar a investigar os currículos a partir da visão dos educandos. Daí a preocupação com o repensar dos conteúdos da nossa docência e o repensar das lógicas em que são estruturados. (ARROYO, 2007).

Com a chegada a educação média dos outros adolescentes, jovens, adultos e outros docentes somos obrigados a reconhecer: a heterogeneidade, a pluralidade, as diferenças, feitas tão desiguais em nossa sociedade. Um reconhecimento nada fácil em uma tradição curricular que se pautou pela homogeneidade. (ARROYO, 2014, p.59)

Isto implica retomar as discussões no seio escolar, tendo como objeto de estudo estes estudantes, o que na maioria das vezes não ocorre, como o próprio autor aponta devido à lógica em que este currículo está estruturado, seja ela política, econômica ou social.

De acordo com Arroyo (2007), as imagens sociais que se projetam sobre os alunos, chegam de fora, postas pela sociedade em que vivem. Portanto, o ordenamento curricular não é neutro, mas sim, condicionado pela pluralidade dessas imagens que nos chegam de fora. Um novo olhar para com os educandos, questionando-nos sobre as imagens que os retratam nas propostas curriculares de cada estabelecimento de ensino são um dos caminhos no repensar dos currículos.

Guiados pelo imperativo ético do respeito aos educandos, como sujeitos iguais de direitos, seremos levados a construir novas formas de ordenamento dos conteúdos que garantam não apenas o direito igual de todos ao conhecimento, à cultura, aos valores, à memória e à identidade na diversidade, mas que garantam a igualdade de todo conhecimento, cultura, valores, memórias e identidades sem hierarquias, segmentações e silenciamentos. (ARROYO, 2007, p.38)



Essas novas formas de ordenamento dos conteúdos, como o próprio autor deixa bem claro, precisam garantir a igualdade na seleção dos conhecimentos científicos, históricos, culturais que farão parte do currículo a ser trabalhado nas escolas públicas, da mesma forma que estes educandos precisam estar conscientes dessa lógica em que se fundamenta o currículo.

Ainda de acordo com Arroyo (2008), os educandos devem ser reconhecidos como sujeitos da ação educativa e não vê-los apenas como empregáveis como mercadoria para o emprego. Os educadores por sua vez, nessa perspectiva são vistos como treinadores e preparadores de mão de obra habilitada. Superar essa visão será pré-condição para repensar os currículos.

A visão mercadológica que se tem dos educandos, ou seja, como sujeitos a serem preparados tão somente para atender os interesses da lógica capitalista do mercado de trabalho, é uma visão puramente reducionista conforme Arroyo explica.

Posteriormente a implantação da Lei n.º 5692/71, até os dias atuais, constatamos que muitas escolas, docentes e administradores ainda têm esta mesma visão do seu papel social e função social da escola pública. No caso particular, dos alunos do Ensino Médio, esta visão torna-se ainda mais presente. É corrente entre educadores e até mesmo os educandos encarar esta última etapa da educação básica como decisiva na preparação para o mercado de trabalho e do seu futuro profissional. Desmistificar esta crença, tão persistente entre docentes e educandos é pré-requisito para repensar os currículos.

### **2.1.3 Os sujeitos do Ensino Médio**

De acordo com a série Juventude e Escolarização: os sentidos do Ensino Médio, escrita por Dayrell (2009), a mesma se propõe a refletir sobre o Ensino Médio na perspectiva dos seus estudantes. Primeiramente é necessário saber quem são estes estudantes que estão cursando esta etapa do ensino.

Identificar e compreender a identidade destes jovens estudantes do ensino médio, bem como, suas expectativas e avaliação a respeito da formação escolar irá contribuir significativamente no repensar dos currículos ofertados e no próprio sentido que a escola tem para eles.

Segundo Dayrell (2009), a escola tem de ser repensada para responder aos desafios que a juventude nos coloca. Portanto, é indispensável compreender que expectativas a juventude atual apresenta em relação à escola.

Em relação às expectativas, primeiramente é importante apontar que a escola é uma instituição central na vida dos jovens, a saber:

A escola é lugar de fazer amigos, compartilhar experiências, valores e delinear projetos de vida. E, apesar de todas as dificuldades vividas pela (e na) escola, os jovens alimentam expectativas de que ela pode contribuir efetivamente para suas vidas, favorecendo a continuidade dos estudos e uma boa inserção profissional. Eles reconhecem o papel da escola, mas querem também que a instituição escolar esteja aberta ao diálogo com suas experiências do presente e expectativas de futuro. (BRASIL, 2013, p. 48-49)

Ao retomar a pesquisa realizada pelo Observatório do Ensino Médio, as autoras Gelbcke; Stoski (2016) apontam que apesar de uma recente desvalorização do papel da escola enquanto única instituição capaz de fornecer conhecimento, os alunos sinalizam que o conhecimento e o aprendizado significativo são importantes para o seu futuro, tanto para a continuidade dos seus estudos quanto para sua colocação profissional.

Há se levar em conta também que essa etapa da vida é vivida de maneiras diferentes de acordo com a classe social, etnia, religião, valores, gênero, região geográfica, dentre outros. É muito diferente, por exemplo, ser jovem, em uma família de classe média ou de camadas populares, em um grande centro urbano ou no meio rural. Outro dado interessante refere-se a faixa etária que compreende a população considerada jovem que vai dos 15 aos 29 anos de idade e pode ser dividida em três grupos:

- jovens adolescentes: de 15 a 17 anos;
- jovens jovens: de 18 a 24 anos;

- jovens adultos: de 25 a 29 anos.

Diante destes dados é possível considerar que quando falamos em jovens estudantes do ensino médio, estamos nos referindo a esta faixa etária conforme apontada pelo PNAD<sup>5</sup>, através do autor Dayrell.

Portanto, é necessário identificarmos quem são os jovens que frequentam o ensino médio?

Estes jovens que frequentam o Ensino Médio são, em sua maioria, aqueles que carregam as marcas das desigualdades sociais e econômicas vividas nas últimas décadas, um público extremamente diverso, que traz para dentro das escolas as contradições da sociedade moderna a qual avança na democratização do ensino, mas, mantém estruturas sociais excludentes e desiguais. (CORTI, 2009).

Ainda de acordo com Arroyo (2014), há de se colocar na centralidade da discussão das inovações curriculares os sujeitos da prática pedagógica, os docentes e os jovens educandos. Quem são estes jovens educandos? São os jovens populares.

A partir de meados da década de 1990, um grupo heterogêneo de jovens chega ao Ensino Médio, a expansão do número de matrículas não acompanha a expansão da qualidade do ensino ofertado nas escolas públicas. Esse novo público que chega às escolas de Ensino Médio tem em sua bagagem os efeitos das desigualdades sociais e econômicas. Ao constatarmos quem é o jovem que frequenta as escolas de ensino médio público, é conveniente pesquisarmos qual a visão da escola e de seus educadores sobre este jovem.

Segundo Dayrell (2009), no cotidiano das nossas escolas, por exemplo, o jovem geralmente aparece como problema, com ênfase na sua indisciplina; na “falta de respeito” nas relações entre os pares e com os professores; na sua “irresponsabilidade” diante dos compromissos escolares; na sua “rebeldia” quanto à forma de vestir – calças e blusas larguíssimas, piercings, tatuagens e o indefectível boné – o que pode ser motivo de conflito quando a escola define um padrão rígido de vestimenta. É comum também entre os professores o

---

<sup>5</sup> Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio – PNAD, 2007.

estereótipo das gerações atuais como sendo desinteressadas pelo contexto social, individualistas e alienadas, numa tendência a compará-las às gerações anteriores, mitificadas como gerações mais comprometidas e generosas.

Desta forma, a escola acaba incorrendo num grave erro ao estereotipar o público adolescente/jovem que frequenta esta etapa do ensino. O ideal seria que a escola ao invés de rotular este jovem, procurasse conhecer e compreender a sua identidade, os seus valores e os seus anseios. Ainda de acordo com Dayrell (2007), há uma nova condição juvenil no Brasil, onde é possível elencar algumas dimensões e os elementos que a compõem.

Estas dimensões se referem às diversas formas de expressão, comunicação, cultura e sociabilidade entre nossos jovens, a sua maneira de expressar-se, comunicar-se, encontrar-se com seus pares em seus tempos e espaços próprios representam tais dimensões.

Esta condição juvenil refere-se à maneira de ser, a situação de alguém perante a vida, perante a sociedade (ABRAMO, apud DAYRELL, 2007). E, no caso da juventude brasileira, as camadas populares, além da sua condição de jovens, enfrentam desafios consideráveis, precisam trabalhar para garantir sua sobrevivência, e nem por isso deixam de estudar. Dayrell (2007) explica esta condição juvenil, sob uma dupla dimensão:

Refere-se ao modo como uma sociedade constitui e atribui significado a esse momento do ciclo de vida, no contexto de uma dimensão histórico-geracional, mas também à sua situação, ou seja, o modo como tal condição é vivida a partir dos diversos recortes referidos às diferenças sociais – classe, gênero, etnia etc.(DAYRELL, 2007, p. 1108).

Muitos dos nossos jovens que chegam ao Ensino Médio são os pioneiros na família a alcançar esta etapa do ensino, a democratização do acesso ao Ensino Médio é um dado recente, a questão da permanência e do sucesso agora passa a ser o dado desafiador. É o que mostram os dados do IBGE mais recentes.

Segundo dados do Censo IBGE (2010), o Brasil possui mais de 51 milhões de jovens com idade entre 15 e 29 anos, o equivalente a 27% da

população total; para a faixa etária de 15 a 24 anos, o total supera 34 milhões de pessoas, ou 18% da população aproximadamente.

Outra pesquisa do IBGE (2017) que merece atenção e precisa ser situada neste estudo, informa as condições de estudo e ocupação dos jovens entre os 15 e 29 anos de idade:

**Quadro 1** - Distribuição das pessoas de 15 a 29 anos de idade, segundo a condição de estudo e a situação na ocupação – Brasil - 2017

15 a 17 anos	2017	↑ 78,3	⇒ 3,1	↓ 10,3	⇒ 8,3
		76,8	⇒ 3,4	↓ 11,8	⇒ 7,9
18 a 24 anos	2017	21,5	⇒ 34,7	↓ 15,8	↑ 28,0
	2016	⇒ 21,7	⇒ 35,3	↓ 16,6	↑ 26,3
25 a 29 anos	2017	5,4	⇒ 57,4	↓ 11,6	⇒ 25,6
	2016	⇒ 5,1	↓ 58,5	⇒ 11,6	⇒ 24,8

□ Não ocupada e estudava □ Ocupada e não estudava □ Ocupada e estudava

■ Não ocupada e não estudava

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2017.<sup>6</sup>

Estes dados, afirmam que a maior parcela de jovens incluídos na escola está entre os 15 e 17 anos de idade, sendo os jovens pertencentes à última classificação etária segundo Dayrell (2007), aqueles que trabalham (ocupados) e estão fora dos bancos escolares.

<sup>6</sup> Nota: As setas indicam variação significativa, quando direcionadas para cima (crescimento) ou para baixo (declínio), ou variação não significativa quando direcionadas para direita (estabilidade), ao nível de significância de 95%.

O jovem precisa encontrar sentido na escola e sentir-se parte dela, portanto, este vem a ser o grande desafio atual para os que trabalham com o Ensino Médio.

Quando se coloca em evidência, a parcela de jovens, ou pode-se dizer juventudes, excluídas dos seus direitos básicos, como o de uma educação de qualidade, pretende-se chamar a reflexão o fato de reforçarmos as relações desiguais e injustas que constatamos na escola, quando, por exemplo: não reconhecemos a identidade do jovem estudante e a sua condição juvenil no currículo elaborado, na própria ação pedagógica de ministrar os conteúdos e avaliar o seu progresso escolar. Quando desconsideramos os tempos e espaços específicos destes jovens, as suas culturas, os seus limites e as suas aspirações.

(...) Os adolescentes e jovens seriam outros diante da velocidade das transformações históricas. A ênfase é posta nas transformações culturais, de valores, de formas de pensar, de lidar com o corpo, com a sexualidade... De pensar-se. Chegam às escolas com identidades pós-modernas, jovens do século XXI. Hiperrealizados, movidos a presentismos, consumismos, com referências efêmeras que os bloqueiam para os processos disciplinares, reflexivos do aprender. (ARROYO, 2011, p.223-224).

De acordo como o próprio autor alerta é preciso ter cuidado ao caracterizar estes jovens como Outros, geralmente a imagem mais presente quando se fala em juventude é a imagem negativa, tal quais nossos meios de comunicação reportam diariamente. E como o identificamos na escola?

Costumeiramente os identificamos como jovens desinteressados, sem perspectivas, ou, individualistas e consumistas, despreocupados com os problemas sociais, mas, é importante tomarmos muito cuidado ao estereotipar nossos jovens. Se fizermos um retrospecto dos jovens que frequentavam a escola até algumas décadas atrás, vamos identificar que esses jovens que hoje chegam às escolas, são outros que nunca chegaram, são os filhos das camadas populares, que nunca entravam na escola. Portanto, o esforço a ser empreendido está em reconhecê-los como Outros, exatamente onde residem os desafios, porque o sistema educacional, através de sua organização, seu

currículo, suas avaliações, normas e regimentos não estão preparados para recebê-los e reconhecê-los efetivamente.

Incluí-los em estruturas excludentes parece ser a única solução, já que, mudá-las parece impossível. Essas tentativas inclusivas, conforme Arroyo, explicita, acaba por excluir ainda mais estes jovens, onde se apresenta:

Depois de tantas tentativas sérias o discurso oficial e a mídia mostram sua descrença nesses esforços inclusivos. Um discurso conservador anti-inclusivo que os resultados das avaliações legitimam: Esses adolescentes e jovens não se saem bem nas provas não porque seus professores e as escolas não estejam capacitados a ensinar, nem porque os grupos tecnogestores das secretarias não sejam bons gestores. O problema está nos alunos. Nesses alunos que chegam com a democratização da escola pública e que nunca antes tinham chegado. São in-incluíveis. (ARROYO, 2011, p.227).

A expansão do número de matrículas e a obrigatoriedade desta etapa do ensino; além da permanente tensão entre a formação dualista que ainda encontra resquício no atual ensino médio público e privado e especialmente a identidade do currículo trabalhado nas escolas de ensino médio, em particular das escolas públicas, são um dos grandes desafios colocados por Krawczyk apud Dayrell (2009).

Diante deste fato, novamente se reforça a importância e a urgência de se colocar em discussão o currículo proposto e o currículo necessário, ou seja, um currículo que esteja em consonância com os reais anseios, expectativas e o contexto sociocultural destes estudantes que chegam diariamente as escolas públicas e não têm sido reconhecidos como sujeitos com identidade própria.

#### **2.1.4 Caminhos para aproximação do jovem ao Ensino Médio**

Enquanto foram levantadas diversas questões que apontam para os fatores que afastam os jovens da escola é importante também apontar caminhos que levem a uma aproximação destes jovens, ou mesmo, o seu resgate, através de um currículo que considere a diversidade cultural existente nesta etapa do ensino, neste caso: o ensino médio. Nesta direção Moreira;

**Revista Mundi Sociais e Humanidades.** I Encontro Nacional Interdisciplinar em Ciência, Tecnologia e Sociedade (ENICTS 2019) Edição Especial. Paranaguá, PR, v.5, n.1, 67, 2020.



Candau (2003) discutem em como tornar a cultura um eixo central do processo curricular, como conferir uma orientação multicultural às suas práticas.

A princípio é preciso reconhecer que nossa sociedade é marcada pelo caráter multicultural e este multiculturalismo baseia-se no reconhecimento da diferença e do direito à diferença.

Quando a escola afirma em seu discurso “aqui todos são iguais e tratados da mesma forma” reforça a reprodução monocultural e o caráter discriminatório presente no seu currículo. (MOREIRA; CANDAU, 2003), bem como, desperdiça a oportunidade de trazer para mais próximo de si os jovens do Ensino Médio, os quais carregam consigo diferentes culturas, por muitas vezes negada justamente pelo fato apontado inicialmente, a indiferença aos diferentes.

Diante deste fato, Moreira; Candau (2003) propõem estratégias pedagógicas que possam ser úteis na abordagem da diversidade e da pluralidade cultural do currículo, além de valorizar a cultura experiencial dos educandos, incorporando-a aos conteúdos propostos, desconstruindo e reconstruindo conhecimentos científicos, fazendo uma ancoragem social dos conteúdos, ou seja, procurando evidenciar com clareza como se construiu historicamente um dado conhecimento. Por outro lado, também requer dos docentes, além de uma formação condizente, disposição para reformular o currículo e uma prática docente de acordo com os anseios, perspectivas e identidades dos grupos e classes subalternizados.

Nos espaços escolares ainda está impregnada esta visão monocultural, principalmente em suas práticas sociais. Quando chegam à escola os diversos grupos sociais, sejam elas de origem étnico-raciais, de gênero ou orientação sexual, de religião, ou estilos próprios de se vestir, falar, dançar, entre outros; acabam por instalar outra realidade sociocultural, ou seja, este espaço já não é mais o mesmo, ali há uma mistura de identidades e bagagens culturais que precisam ser reconhecidas e respeitadas.

Assumir esta nova realidade é um dos primeiros passos conforme pontua Perez Gomes (1998), apud Moreira; Candau, (2003) ele propõe que entendamos a escola hoje como um espaço de “cruzamento de culturas”. A fim

de que possamos desenvolver um novo olhar, uma nova postura, no sentido de modificar nossa prática, a partir do que identifica e caracteriza a escola e a diversidade cultural que nela se encontra.

Os currículos propostos e trabalhados atualmente não podem continuar a ratificar e preservar divisões e diferenças, pelo contrário devem incluir estratégias pedagógicas que visem a reconhecer e valorizar a pluralidade cultural que é indispensável neste instrumento de emancipação.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao finalizar este artigo, diante de todas as questões, reflexões e fundamentações teóricas apresentadas sobre a relação dos jovens estudantes do ensino médio com o currículo ofertado atualmente nas escolas públicas foi possível identificar alguns conceitos e práticas norteadoras de um currículo que realmente possa atender as demandas e anseios dos jovens que se encontram nesta última etapa da educação básica.

Um dos pontos mais salientes referiu-se a falta de sentido do jovem em relação aos conteúdos ora apresentados na escola, daí decorre a indisciplina, o desinteresse, a desmotivação. Ora, as legislações pertinentes a esta etapa do ensino projetam ofertar um currículo que se assente na formação integral destes educandos, aliando o conhecimento científico com os seus saberes experienciais, a pluralidade cultural existente, por fim, que esteja condizente com as reais expectativas, aspirações e necessidades destes jovens.

Outro fato apontado, diz respeito à lógica mercadológica, bastante corrente na sociedade atual, o fato de muitos jovens estarem concluindo esta etapa do ensino já não lhes garante a inclusão no mercado de trabalho, o que acaba reforçando ainda mais sua descrença em relação aos estudos. Sendo assim, o currículo precisa ser repensado em função destes educandos enquanto sujeitos da ação educativa, os quais a partir da sua formação acadêmica serão incluídos no mundo do trabalho e não apenas adequados aos interesses do capital.

A necessidade de se repensar o formato de escola e currículo ora ofertados aos jovens do Ensino Médio tornou-se evidente no estudo realizado através da bibliografia pesquisada, mas, também apontou a necessidade de se investigar com mais profundidade a respeito das identidades e expectativas destes jovens perante a escola e a sociedade.

Por meio deste estudo foi possível compreender que o processo de construção deste currículo emancipador e significativo deve partir inicialmente da realidade social ora investigada, da concepção de sociedade, trabalho e educação que se projeta para estes jovens que procuram muitas vezes na escola todos estes referenciais. As leis, resoluções e diretrizes pesquisadas dão um direcionamento, no entanto, não podem ser consideradas como única solução para reaproximar estes jovens da escola, há uma série de outros fatores aliados como recursos e investimentos financeiros, formação acadêmica e continuada, aspectos não levantados neste artigo, mas, que merecem especial atenção na efetivação de um currículo que cumpra sua função social.

A investigação em torno do currículo continua, pois, a cada momento novas questões surgem e as identidades destes jovens vão se reconfigurando. Importa, no entanto, partir da realidade social, da construção do conhecimento socialmente elaborado, possibilitar de fato a estes jovens que encerram a última etapa da educação básica condições suficientes para transformarem sua realidade social através de um currículo que socialize o conhecimento historicamente acumulado e valorize a identidade e pluralidade cultural existente.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Currículo: território em disputa**. 2 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

\_\_\_\_\_. **Indagações sobre currículo: educandos e educadores: seus direitos e o currículo**. Organização do documento Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. 52 p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sebarquivos/pdf/Ensfund/indag2.pdf>>. Acesso em 30 abr. 2020.

\_\_\_\_\_. Os jovens, seu direito a se saber e o currículo. In: DAYRELL, J.; CARRANO, P. C.; MAIA, C. L. **Juventude e Ensino Médio: sujeitos e currículo em diálogo**. Editora UFMG, Belo Horizonte, 2014. p.158-203. Disponível em: <[https://educacaointegral.org.br/wpcontent/uploads/2015/01/livro-completo\\_juventude-e-ensino-medio\\_2014.pdf](https://educacaointegral.org.br/wpcontent/uploads/2015/01/livro-completo_juventude-e-ensino-medio_2014.pdf)>. Acesso em 30 abr. 2020.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** nº 9394/96. Brasília: 1996.

\_\_\_\_\_. **Constituição** (1988). Emenda Constitucional nº59, de 11 de novembro de 2009. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm)>. Acesso em 28 abr. 2020.

\_\_\_\_\_. CNE/CEB. Parecer CEB nº 05, de 04 de maio de 2011 - **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=8016-pceb005-11&category\\_slug=maio-2011-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8016-pceb005-11&category_slug=maio-2011-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 28 abr. 2020.

\_\_\_\_\_. CNE/CEB. Resolução CEB nº 02, de 30 de janeiro de 2012 – Define **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=9917-rceb002-12-1&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9917-rceb002-12-1&Itemid=30192)>. Acesso em 28 de abr. 2020.

\_\_\_\_\_. CNE/CEB. Resolução CEB nº 04, de 13 de julho de 2010 – Define **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**. Disponível em: <<http://www.prograd.ufu.br/sites/prograd.ufu.br/files/media/documento/resolucaocnecebno4de13dejulhode2010.pdf>>. Acesso em 28 de abr. 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB nº 03 de 21 de janeiro de 2018. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília: 2018. Disponível em: <<http://www.novoensinomedio.mec.gov.br/resources/downloads/pdf/dcnem.pdf>>. Acesso em 29 de abr. de 2020.

**Revista Mundi Sociais e Humanidades**. I Encontro Nacional Interdisciplinar em Ciência, Tecnologia e Sociedade (ENICTS 2019) Edição Especial. Paranaguá, PR, v.5, n.1, 67, 2020.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Básica. **Formação de professores do ensino médio, etapa I – caderno II: o jovem como sujeito do ensino médio**. Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica; [organizadores: Paulo Carrano e Juarez Dayrell]. – Curitiba: UFPR/Setor de Educação, 2013. 69 p.: ill.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Básica. **Formação de professores do ensino médio, etapa I – caderno III: o currículo do Ensino Médio, seu sujeito e o desafio de uma formação humana integral**. Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica; [autores: Carlos Artexes Simões e Mônica Ribeiro da Silva]. – Curitiba: UFPR/Setor de Educação, 2013. 49 p.

CORTI, Ana Paula. Uma diversidade de sujeitos: Juventude e Diversidade no Ensino Médio. In: **Série Juventude e escolarização: os sentidos do Ensino Médio**, Ano XIX, boletim 18 – Novembro/2009. p.12-15. Disponível em: <<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000012176.pdf>>. Acesso em: 29 de abr. 2020.

DAYRELL, J. G. A juventude no Brasil. **Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio – PNAD 2007**. Disponível em: <[https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2007/graficos\\_pdf.pdf](https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2007/graficos_pdf.pdf)>. Acesso em 25 abr. 2020.

\_\_\_\_\_. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. In: **Educação e Sociedade**. Campinas, v.28, n.100 – Especial p. 1105-1128, out. 2007. Disponível em:<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_artt\\_ext&pid=S0101-73302007000300022&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_artt_ext&pid=S0101-73302007000300022&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 25 abr. 2020.

\_\_\_\_\_. Uma diversidade de sujeitos: O aluno do Ensino Médio e o jovem desconhecido. In: **Série Juventude e escolarização: os sentidos do Ensino Médio**, Ano XIX, boletim 18 – novembro/2009. p. 16-23. Disponível em: <<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000012176.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2020.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Expectativas juvenis e identidade do Ensino Médio: Ensino Médio no Brasil “Juventudes” com futuro interditado. In: **Série Juventude e escolarização: os sentidos do Ensino Médio**, Ano XIX, boletim 18 – Novembro/2009. p. 24-29. Disponível em:<<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000012176.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2019.

GELBCKE, V. R.; STOSKI, P. Juventudes e escola: os distanciamentos e aproximações entre os jovens e o Ensino Médio. In: SILVA, M.R; OLIVEIRA, R. G. (Orgs). **Juventudes e Ensino Médio: Sentidos e Significados da Experiência Escolar** – Curitiba: UFPR/Setor de Educação, 2016, p 33-51. Disponível em:<<http://www.observatoriodoensinomedio.ufpr.br/wp-content/uploads/2016/11/Juventude-e-Ensino-MedioWEB.pdf>>. Acesso em 29 abr. 2020.

**Revista Mundi Sociais e Humanidades**. I Encontro Nacional Interdisciplinar em Ciência, Tecnologia e Sociedade (ENICTS 2019) Edição Especial. Paranaguá, PR, v.5, n.1, 67, 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, **Censo Demográfico de 2010**. Disponível em: <[https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/populacao\\_jovem\\_brasil/default.shtm](https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/populacao_jovem_brasil/default.shtm)>. Acesso em: 01 mai. 2020.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, 2016-2017**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9171-pesquisanacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?edicao=21939&t=destaques>>. Acesso em: 01 mai. 2020.

LIMA, Elvira Souza. **Indagações sobre currículo: currículo e desenvolvimento humano**. Organização do documento Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. 56 p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag1.pdf>>. Acesso em 01 mai. 2020.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa e CANDAU, Vera Maria. Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, nº 23, p. 158-166 Maio/Jun/Jul/Ago, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n23/n23a11.pdf>>. Acesso em 29 de abr. 2020.

PARANÁ. SEED. DEB. **Diretrizes Curriculares Orientadoras para a Rede Estadual de Educação do Paraná**. (Versão impressa). Curitiba, 2008.

\_\_\_\_\_. **Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio: Formação Continuada para os Professores do Ensino Médio do Estado do Paraná**. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento da Educação Básica – Curitiba: 2014. 47 p.

SILVA, M.R; OLIVEIRA, R. G. (Orgs). **Juventudes e Ensino Médio: Sentidos e Significados da Experiência Escolar** – Curitiba: UFPR/Setor de Educação, 2016, 316 p. Disponível em: <<http://www.observatoriodoensinomedio.ufpr.br/wp-content/uploads/2016/11/Juventude-e-Ensino-MedioWEB.pdf>>. Acesso em 28 abr. 2020.

VASCONCELOS, C. S. **Os desafios da disciplina em sala de aula e na escola**. Disponível em: <[http://www.crmariovas.sp.gov.br/amb\\_a.php?t=014](http://www.crmariovas.sp.gov.br/amb_a.php?t=014)>. Acesso 28 abr. 2020.